



**ACÓRDÃO Nº 474/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11482/2017**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Sr. Fábio Freitas da Silva, Ordenador de Despesa.
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2473/2018-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Prazo. Determinações. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1– Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV, de responsabilidade do **Sr. Fábio Freitas da Silva**, presidente do FUNPREV, à época, com fundamento no art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM, em razão das restrições analisadas, referentes aos itens:

- a) Ausência de comprovação acerca do recenseamento previdenciário, com periodicidade não superior a cinco anos;
- b) Ausência de comprovação acerca da existência de registro individualizado das contribuições de cada servidor e da parte patronal;
- c) Ausência de escrituração contábil do RPPS distinta do ente federativo;
- d) Ausência de demonstração de que a alíquota patronal, disposta na lei de criação do respectivo Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS, estava em conformidade com a legislação federal e demais normativos em vigência;
- e) Ausência de demonstração sobre a alíquota do servidor ativo, inativo e pensionista, disposta na lei de criação do respectivo RPPS, acerca da sua adequação à legislação federal e demais normativos vigentes;
- f) Ausência de justificativa quanto ao repasse das contribuições patronais e servidores ativos, inativos e pensionistas ao RPPS acerca de sua conformidade com a legislação municipal e federal;
- g) Ausência de comprovação acerca do parcelamento das contribuições de acordo com a legislação municipal e federal;



**ACÓRDÃO Nº 474/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- h) Ausência de comprovação do envio do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS;
- i) Ausência de comprovação acerca do encaminhamento do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR do RPPS ao Ministério de Estado da Previdência Social - MPS;
- j) Ausência de demonstração referente à manutenção dos recursos oriundos da taxa da administração em conta bancária separada das demais disponibilidades do RPPS;
- k) Ausência de comprovação acerca do envio do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS;

l) Ausência de avaliação atuarial inicial e em cada balanço.

**10.2 – Aplicar Multa** com fundamento no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Fábio Freitas da Silva** no valor de **R\$ 9.000,00 (nove mil reais)**, os quais devem ser recolhidos no **prazo de 30 dias**, através de documento de arrecadação - DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AMFACE, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em virtude das impropriedades apontadas no item anterior desta conclusão. Desde já, registra-se que o jurisdicionado deverá encaminhar comprovante de pagamento da sanção aplicada, com registro de autenticação pela instituição financeira tomadora do numerário;

**10.3 – Determinar:**

- a) Que o prefeito do município de Manaquiri procure sanar, por meio de projeto de lei de sua iniciativa, as divergências encontradas na Lei Municipal do Fundo de Previdência em relação à Constituição Federal, a Lei Federal n.º 9.717/98 e demais normativos do Ministério da Previdência Social;
- b) que seja dado conhecimento deste relatório à Câmara Municipal de Manaquiri, conforme o inciso XIV, do art. 1º, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 5º, XIV, da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno do Tribunal de Contas);
- c) Que sejam encaminhadas cópias dos autos, referentes ao exercício gerido pelo Sr. Fábio Freitas da Silva, ao Ministério Público Estadual e ao Ministério da Previdência Social.

**10.4 – Notificar o Sr. Fábio Freitas da Silva** acerca das impropriedades analisadas e caso esta tentativa seja infrutífera que o responsável seja notificado via edital com fundamento no art. 97, § 2º do Regimento Interno desta Corte de Contas.

**11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 24 de Julho de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (convocado).

**13.1- Auditor Presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.



**ACÓRDÃO Nº 474/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**JOAO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral